



Bastos: contra independência do DF

Conselheiro quer DF sem eleição direta

O conselheiro Frederico Augusto Bastos, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, manifestou-se contra as eleições diretas não somente para governador de Brasília como também para Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores. Os argumentos básicos que fundamentam sua posição — que ele frisa ser estritamente pessoal — estão na apresentação do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, já encaminhado ao Senado e ao governador José Aparecido.

Ele diz que Brasília não pode pensar em independência política sem ter conquistado, antes, sua independência econômica. Acha que sob o aspecto puramente técnico, o Governo do DF deve permanecer em periferia perfeita harmonia com o Governo Federal, não se justificando a eleição do executivo e do legislativo face ao alto grau de dependência econômico-financeira de nossa comunidade.

Destacando não ter levado em conta as nuances do jogo político eleitoral, para ele a razão fundamental da posição contrária ao voto direto para escolha dos governantes de Brasília está no fato de o Distrito Federal ter-se mostrado incapaz, pelo menos nos últimos cinco anos, de gerar mais do que 35 por cento dos recursos necessários para enfrentar suas despesas orçamentárias.

Com a instalação de Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores as despesas certamente aumentarão em níveis consideráveis, sem gerar novas fontes de receita, ampliando o grau de dependência com relação ao Governo Federal, fonte maior de recursos para o orçamento do DF.

A seu ver, Brasília vai ficar muito bem representada no Congresso Nacional e na futura Assembléia Nacional Constituinte, com oito deputados federais e três senadores. Com eles, Brasília terá voz dentro do próprio Governo Federal, para encaminhamento de

suas reivindicações.

Argumenta ser ilusão pensar que Brasília terá capacidade de, a curto prazo ampliar suas fontes de receita. Mesmo que resolvesse cobrar IPTU da União, o máximo que iria acontecer era aumentar de 35 para 36 por cento a participação de suas receitas no total das despesas. Diante do argumento, ele indaga: "Valeria a pena correr o risco de eleger um Governo local em distonia com o Governo Federal? E como seriam tocados projetos como a despoluição do Lago Paranoá, a construção do Lago de São Bartolomeu e essa nova escola que querem instalar no Gama?".

Não vê nenhuma perspectiva de solução a curto ou médio prazos: "A grande saída é o futuro, quando e se a periferia conseguir se estruturar de tal forma, possivelmente com a industrialização, que dê condições de autonomia econômica para o Distrito Federal".

Em matéria de orçamentos, ou seja das relações entre receitas e despesas, o conselheiro Frederico Augusto Bastos fala com autoridade de quem tem vários cursos de pós-graduação no exterior e no Brasil e de quem já trabalhou no Banco Central, na Programação Financeira do Ministério da Fazenda (atual Secretaria do Tesouro), na Secretaria e Orçamento e Finanças (Seplan).

Com base em seu trabalho sobre a situação financeira de Brasília, ele está redigindo proposta para ser encaminhada à futura Assembléia Nacional Constituinte, através de um senador amigo, determinando que "o total das despesas dos governos com pessoal e encargos sociais, a qualquer título, inclusive as inerentes a serviços e terceiros e tabelas especiais, não poderá exceder, em nenhuma hipótese, a 30 por cento do total dos recursos disponíveis".

Com tal dispositivo ele prevê o fim da utilização do empreguismo como arma eleitoral, utilizada à larga, principalmente nos Estados mais pobres do País.